

Aumento descabido

**Edilson Baldez das Neves*

O Maranhão foi impactado com enorme reajuste na conta de energia elétrica, na ordem de 17,86%, estratosférico e catastrófico para a atividade industrial maranhense. Com esse aumento detém a primeira maior tarifa média do Nordeste (excetuando a cobrada pela cooperativa CERCOS de Sergipe). Comparado ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerado o indicador oficial de inflação do país, que atingiu 2,85% até o momento do cálculo da majoração ao consumidor – tem efeito devastador nas casas, nas empresas e na combalida economia maranhense.

Por esta majoração ter a força de um tsunami, a Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), entidade representativa da indústria no território maranhense, convocou semana passada, reunião do Fórum Permanente de Desenvolvimento Industrial do Maranhão - braço consultivo desta Federação – que contou com a presença de diretores desta entidade, de diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de representantes da CEMAR, das entidades empresariais Fecomércio, CDL e ACM, do governo do Estado, da OAB-MA, da ABIH, do Sindimetal, do Sinduscon-MA, dos conselhos temáticos da FIEMA, do PROCON, da Defensoria Pública do Estado do Maranhão e do Conselho de Consumidores da CEMAR.

No encontro foram elencados alguns pontos consideráveis como o atributo do nosso estado ser superavitário na geração de energia e receber reajustes superiores aos aplicados aos nossos vizinhos Ceará (4,96% de aumento) e Pernambuco (8,89% de acréscimo), estados que possuem essa condição. E, o pior, é termos que pagar maior percentual sobre a tarifa de previsão de risco hidrológicos, muito acima da incidida sobre esses coirmãos nordestinos com boa parte dos seus territórios localizados no semiárido. Em nossa região temos muita água, rios caudalosos, excesso de energia produzida em geradoras de várias fontes de energia. Daí porque não nos parece muito lógico esse aumento aprovado em 28 de agosto pela ANEEL.

Quais os parâmetros que geraram agravantes no último reajuste e como se justificam? Porque as concessionárias não compram energia mais barata? Por que nos leilões os fornecedores são os de preços mais elevados? Ao calcular o reajuste, a Agência considerou a variação de custos associados à prestação do serviço. Os chamados componentes financeiros e o risco hidrológico foram responsáveis pelo maior impacto na tarifa, respondendo por 10,53 pontos percentuais da variação, mais da metade do reajuste praticado. Por isso,

entendemos que as regras dos leilões de energia têm que ser atualizadas. Somos um estado pobre de baixo consumo per capita e temos que pagar a mais por essa nossa condição. Que país republicano é esse que penaliza o consumidor que não pode pagar pela energia? Aonde está o problema? Por essas incertezas é que precisamos mudar essas regras com a maior urgência.

Bons tempos em que o sistema elétrico brasileiro já foi considerado um dos mais eficientes do mundo. Agora, precisa com urgência, de mudanças regulatórias e normativas para que a energia elétrica volte a ser uma vantagem competitiva para a economia do país.

Estudo inédito da Confederação Nacional da Indústria (CNI) “Energia Elétrica: custos e competitividade” recomenda uma série de ações para a reorganização do setor. Entre elas estão a redução de encargos setoriais, promoção da estabilidade institucional, melhora na alocação dos custos da expansão entre os consumidores regulados e livres, e a diminuição da duração dos contratos de energia. Tais medidas, que são factíveis de serem implementadas no novo marco legal do setor elétrico, permitirão a queda das tarifas da conta de luz para o consumidor. Se essas mudanças ocorrerem, a perspectiva será de queda nas tarifas a partir de 2020.

Outra questão central que afeta a competitividade do setor produtivo é o peso dos impostos e encargos sobre a energia elétrica – são mais de dez, que, somados, representam mais de 45% do total da tarifa média praticada no país. Só o ICMS no Maranhão incidem 27%, taxa máxima praticada entre os estados.

A energia elétrica é um dos principais insumos da indústria brasileira, razão pela qual a sua disponibilidade e o seu custo são determinantes para a atração e manutenção das empresas e da competitividade do produto nacional.

Não podemos ficar parados e simplesmente aceitar calados esta situação. Nessa reunião demos o primeiro passo para que possamos lutar em todas as esferas: federal, estadual e municipal por um preço mais justo da energia elétrica no Maranhão.

*Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão – FIEMA e do Conselho Deliberativo do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa – Sebrae/MA.